

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (IES) DO GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO



DAVI AMARAL SILVA

RENAN NUNES ARAUJO DA SILVA

**O TRIPÉ MACROECONÔMICO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1999-2014**

São Paulo

2023

DAVI AMARAL SILVA
RENAN NUNES ARAUJO DA SILVA

O TRIPÉ MACROECONÔMICO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1999-2014

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Anhembi Morumbi, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.

São Paulo
2023

**DAVI AMARAL SILVA
RENAN NUNES**

**O TRIPÉ MACROECONÔMICO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1999-2014**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Anhembi Morumbi, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

São Paulo, 16 de junho de 2023.

Prof^a. e Orientadora Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.
Universidade Anhembi Morumbi

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Mooca

Curso: Ciências Econômicas

Prof^a.: Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.

Acadêmico: Davi Amaral Silva, Renan Nunes

São Paulo, 16 de junho de 2023.

O tripé macroeconômico é constituído pelo regime de metas de inflação, câmbio flutuante e o regime de metas de superávit primário. Este trabalho descreve os conceitos do tripé macroeconômico, buscando entender desde sua origem teórica, e sua inspiração no Novo Consenso Macroeconômico, bem como trazer o período histórico da economia brasileira dos anos de 1999 a 2014, passando pelos governos dos Presidentes FHC, e Lula. Verificasse que os principais indicadores econômicos obtiveram melhoras significativas, como o PIB, que ao longo dos anos cresceu constantemente, assim como as divisas internacionais, que receberam altas expressivas e o índice de GINI, que mostra como a desigualdade no Brasil, diminuiu ao longo desses anos. Como resultado observamos que a melhora desses indicadores, e da economia brasileira, não se deve somente ao tripé macroeconômico, e sim as condições favoráveis, dos mercados internacionais, além disso como observado, o tripé promove medidas antidesenvolvimentistas, que acabam não promovendo por si só um crescimento econômico significativo.

Palavras-chave: Economia, Tripé, Inflação

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Mooca

Curso: Ciências Econômicas

Prof^a.: Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.

Acadêmico: Davi Amaral Silva, Renan Nunes

São Paulo, 16 de junho de 2023.

The macroeconomic tripod is constituted by the regime of survival targets, floating exchange rate and the regime of primary surplus targets. This work describes the concepts of the macroeconomic tripod, seeking to understand from its theoretical origin, and its inspiration in the New Macroeconomic Consensus, as well as bringing the historical period of the Brazilian economy from 1999 to 2014, through the governments of Presidents FHC, and Lula. It could be verified that the main indicators observed achieved significant improvements, such as GDP, which grew constantly over the years, as well as international currencies, which received significant increases and the GINI index, which shows how inequality in Brazil, abandoned over these years. As a result, we observe that the improvement of these indicators, and of the Brazilian economy, is not only due to the macroeconomic tripod, but the favorable conditions, of the international markets, in addition, as observed, the tripod promotes anti-developmental measures, which end up not promoting by itself significant economic growth.

Keywords: Economy, tripod, inflation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	TRIPÉ MACROECONÔMICO: CONCEITOS, PILARES E ORIGEM	7
2.1	O NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO	7
2.1.1	Novo clássica	9
2.1.2	Novo-keynesiana	9
2.1.3	Monetarista	10
2.2	METAS DE INFLAÇÃO	10
2.3	SUPERÁVIT PRIMÁRIO	11
2.4	CÂMBIO FLUTUANTE	12
2.4.1	O trilema de Mundell-Fleming	12
2.5	LIMITAÇÕES DO TRIPÉ	13
3	O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO TRIPÉ MACROECONÔMICO NO BRASIL	15
3.1	A IMPLEMENTAÇÃO DO TRIPÉ MACROECONÔMICO	15
3.2	A UTILIZAÇÃO DO TRIPÉ NO GOVERNO LULA	17
4	IMPACTOS DO TRIPÉ MACROECONÔMICO NA ECONOMIA	22
4.1	IMPACTOS IMPLEMENTAÇÃO DE METAS DE INFLAÇÃO NA ECONOMIA	22
4.2	ANÁLISE SOBRE O CÂMBIO FLUTUANTE	23
4.3	SUPERÁVIT PRIMÁRIO	25
4.3.1	Impacto da tributação	26
4.4	IMPACTO DO TRIPÉ NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA	27
4.4.1	Qualidade de vida da população	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Diante de um cenário repleto de incertezas com o fim do período conhecido como “Hiperinflação” e a conseqüente adoção do Real como moeda oficial, a economia brasileira viu-se obrigada a buscar novas e mais eficientes alternativas de controle de políticas monetárias, fiscais e cambiais. Neste contexto, surge o intitulado “tripé macroeconômico”, caracterizado pela adoção do câmbio flutuante, pelo regime de metas de inflação e metas de superávit.

A partir disso, será que o tripé foi efetivo para o desempenho econômico do país? Portanto, trabalho tem como objeto a compreensão do referido tripé e se os impactos econômicos na economia brasileira entre 1999 e 2014 foram positivos ou não. A partir de metodologia quali-quantitativa, em que foram analisados diversos dados e indicadores econômicos, buscou-se também a observação do contexto político do recorte de tempo supramencionado a fim de verificar se o crescimento econômico, bem como a melhora nos indicadores econômicos e sociais foram, de fato, produtos da implementação do tripé.

O presente trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos. Primeiramente, há a conceituação e análise do tripé econômico, assim como as teorias de que decorrem a sua existência. O segundo capítulo descreve o período histórico experimentado no Brasil durante o recorte de tempo analisado por este trabalho e a relação política atrelada à matriz macroeconômica em comento. Em seguida, o objetivo é analisar os principais indicadores econômicos, buscando descrever os efeitos que o tripé obteve na economia. O quarto capítulo busca analisar os principais indicadores econômicos, descrevendo os efeitos que o tripé obteve na economia. Derradeiramente, tem-se as considerações finais.

2 TRIPÉ MACROECONÔMICO: CONCEITOS, PILARES E ORIGEM

Este capítulo visa detalhar os conceitos que cercam o tripé macroeconômico, discorrendo sobre cada um dos pilares, de forma que se tornem mais compreensíveis as ações tomadas no âmbito da política monetária, nas decisões governamentais em relações aos gastos públicos e à arrecadação de impostos, a fim de se obter um superávit primário, e no controle e gestão da taxa de câmbio.

Ademais, o capítulo também é responsável pela observação das principais escolas econômicas que influenciaram a criação do Novo Consenso Macroeconômico (NCM), abordagem teórica provedora de diretrizes como resposta à crise da macroeconomia, e o novo consenso influenciou a criação do tripé.

Por fim, o bloco almeja a apresentação de doutrinadores com teses favoráveis e contrárias à temática, para que as mais diversas perspectivas teóricas e ideológicas dos críticos agreguem à formação de conclusão própria.

2.1 O NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO

Objeto de debates ao longo do tempo, o pensamento macroeconômico foi refletido através de diferentes óticas, perspectivas e experiências econômicas. Surge, portanto, durante o século XX, discussões entre as abordagens keynesianas e monetaristas.

Referidas discussões estava dotas das buscas para “acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições de sua própria reprodução” (HARVEY, 1993, P124). Assim, a primeira abordagem, nas palavras de Elaine Rossetti e Ivanete Boschetti (2006) na obra “Política Social: Fundamentos e História”, surge a partir da preocupação de Keynes com saídas democráticas da crise.

Por outro lado, a crise também abriu portas à abordagem monetarista, encabeçada pela tese de Milton Friedman.

O fracasso da política monetarista resultou, de certa forma, no Novo Consenso Macroeconômico, que foi estruturado baseando-se em diversas escolas neoclássicas: Monetarista, Novo clássica e Novo-keynesiana. (PAULA; SARAIVA, 2015).

Assim, o Novo Consenso Macroeconômico (doravante denominado simplesmente “NCM”) surge na década de 90, com o objetivo de unificar os principais conceitos em uma única escola econômica.

O NCM estabelece que uma taxa de inflação baixa e estável é condição indispensável para o crescimento econômico de longo prazo (PAULA; SARAIVA, 2015). Não obstante, é imprescindível o destaque à racionalidade dos agentes, já que é requerida certa capacidade de respostas e previsibilidade às mudanças na política econômica.

Nesse sentido, Woodford em “*Interest and Prices: Foundations of a Theory of Monetary Policy*” argumenta que o banco central, por meio da comunicação, pode influenciar expectativas dos agentes, acarretando na possibilidade de alteração do resultado macroeconômico.

Para tanto, parte da hipótese de que não há um *trade-off* no longo prazo entre inflação e desemprego, inundado de certa neutralidade, e que o objetivo principal da política econômica é alcançar a estabilidade de preços, sendo o principal elemento referenciado pelo tripé macroeconômico o Regime de Metas de Inflação (RMI), estabelecido no Novo Consenso Macroeconômico como o melhor arranjo institucional para conduzir a política econômica, pois tem como objetivo manter baixas taxas de inflação e minimizar as flutuações do produto (PAULA; SARAIVA, 2015).

Outra característica relevante do novo consenso é que as interferências autoritárias na condução da política monetária devem ser limitadas, deve haver alguma interferência para acomodar choques de oferta e evitar volatilidade excessiva do produto (PAULA; SARAIVA, 2015).

2.1.1 Novo clássica

Em seu livro "*Macroeconomics*", N. Gregory Mankiw (2014) explora a relação entre a escola neoclássica e o novo consenso macroeconômico. A escola neoclássica contribuiu para a política monetária e fiscal, fornecendo uma base teórica que enfatiza a importância do equilíbrio entre oferta e demanda. Essa teoria é conhecida como "mão invisível do mercado", apresentada por Adam Smith. A escola neoclássica influenciou a criação do tripé ao defender a estabilidade macroeconômica, especialmente a estabilidade dos preços. A inflação é vista como prejudicial para o bem-estar da população, e a definição de metas de inflação é uma forma de garantir a estabilidade. Cunha e Pereira (2014) destacam que a estabilidade macroeconômica, especialmente a estabilidade de preços, é um dos pilares da teoria neoclássica. A definição de metas é vista como uma forma de garantir a estabilidade e promover o crescimento econômico e o bem-estar da população.

2.1.2 Novo-keynesiana

A Escola Keynesiana de pensamento econômico exerceu um papel decisivo no avanço do novo consenso macroeconômico. A abordagem Keynesiana destacou a relevância da intervenção estatal na economia e propôs que o governo atue para conter o desemprego em fases de recessão. Nessa linha, Mankiw (2016) argumenta que o novo consenso macroeconômico incorporou alguns dos preceitos Keynesianos, ao reconhecer a importância das políticas fiscais como instrumento de estabilização em momentos de crise, bem como a relevância da estabilidade monetária para a promoção do crescimento econômico a longo prazo.

2.1.3 Monetarista

A escola monetarista trouxe uma nova perspectiva ao pensamento econômico e influenciou o desenvolvimento de um consenso macroeconômico renovado. Através da ênfase na política monetária, ela ressaltou a importância da oferta de moeda como fonte principal das flutuações econômicas (BLANCHARD, 2011). Como resultado, o novo consenso macroeconômico incorporou algumas dessas ideias, reconhecendo que a estabilidade monetária é fundamental para o crescimento econômico a longo prazo. Nesse sentido, o Banco Central desempenha um papel central na estabilização da economia, manipulando a oferta de moeda e a taxa de juros. Conforme Taylor (2011), ele representa uma convergência entre as abordagens neoclássicas, Keynesiana e monetarista, incorporando elementos importantes de cada uma para desenvolver uma teoria empírica e integrada de macroeconomia. O resultado é uma visão profissional e completa da economia atual.

2.2 METAS DE INFLAÇÃO

O regime de metas de inflação (RMI), é um modelo no qual as ações da política monetária, principalmente a fixação da taxa de juros básica, são utilizadas com o objetivo explícito de obtenção de uma taxa de inflação que é previamente estabelecida pelo Banco Central Brasileiro, essa taxa possui ainda um piso e um teto, estabelecendo assim parâmetros, em que o Poder econômico deve trabalhar para manter a inflação dentro deles, além de serem usados para acomodar possíveis choques externos inesperados que possam ocorrer (PAULA; SARAIVA, 2015).

O índice de inflação escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para determinação e posterior verificação do funcionamento do regime de metas de inflação foi o Índice de Preços ao Consumidor no Atacado (IPCA), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O RMI, possui quatro elementos básicos, sendo o primeiro deles o anúncio público das metas em um período de médio prazo, o segundo é o comprometimento por parte das instituições com a estabilidade dos preços, em seguida o estabelecimento de mecanismos de transparência para a população, sobre os planos, objetivos e justificativas, que dizem respeito as decisões estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e por último é necessário a existência de estruturas que garantam o cumprimento das metas de inflação por parte das autoridades monetárias (BRASIL, 2016).

O anúncio público das metas de inflação ainda eleva o grau de transparência e confiabilidade da política monetária tornando mais clara ao público qual a atuação dos bancos centrais, o que possibilita aos agentes econômicos acompanharem e a definirem suas ações e estratégias, utilizando como base as previsões das metas, isso quando críveis.

2.3 SUPERÁVIT PRIMÁRIO

O superávit primário refere-se ao gerenciamento das receitas e despesas do Governo, a fim de se obter um saldo positivo (O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida), trata-se de um conceito desenvolvido pelo Brasil, mas reconhecido internacionalmente (GARCIA; VASCONCELLOS, 2018).

O superávit primário tem suas metas definidas previamente, desta forma garantindo que os parâmetros para arrecadação tributária sejam maiores que os gastos públicos causados pelo Estado, mantendo uma responsabilidade fiscal, que se torna muito importante para que o país conquiste a confiança dos agentes econômicos, o que permite proporcionar um ambiente de estabilidade para o desenvolvimento da economia (GUIMARÃES, 2020). Entretanto uma das principais maneiras utilizadas para se obter um superávit primário, é com o aumento da carga tributária, gerando conseqüentemente um aumento na arrecadação (OREIRA, PAULA, 2021).

Quando utilizado juntamente de políticas públicas que visem o crescimento econômico, o superávit primário serve como um equilíbrio, mantendo recursos para essas políticas (BACHA, 1988). A dívida pública pode trazer diversos benefícios para a sociedade, pois mantém um nível de investimento estável em serviços públicos durante os diversos ciclos de governo, estabilidade em momentos de choques externos na economia e em períodos de necessidades emergenciais como calamidade pública, ou guerra, desta forma é essencial considerar apenas o Superávit primário, pois dessa forma evidenciamos o esforço fiscal do setor público, livre dos déficits derivados de gestões anteriores, possibilitando uma avaliação da capacidade do governo atual de honrar compromissos.

2.4 CÂMBIO FLUTUANTE

O Câmbio flutuante é utilizado para que a precificação da moeda oscile com base na lei da oferta e demanda, desta forma o preço da moeda depende da procura por ela nos mercados internacionais (LANGONI, 1994). A adoção do câmbio flutuante reduz a vulnerabilidade da economia frente a choques externos, além de ser uma importante ferramenta para que o Banco Central Brasileiro, acumule reservas internacionais, que como veremos no capítulo 4 deste estudo, é um importante peça para o controle inflacionário.

2.4.1 O trilema de Mundell-Fleming

O Trilema de Mundell-Fleming, também conhecido como Triângulo das impossibilidades, foi derivado do modelo de Mundell-Fleming, e refere-se à impossibilidade de uma economia possuir ao mesmo tempo três características, sendo elas a estabilidade da taxa de câmbio; liberdade no fluxo de capitais; e orientação primária da política monetária (OBSTFELD; TAYLOR, 2017).

Desta forma é possível obter apenas duas dessas características, sendo necessário abandonar a terceira, as diferentes combinações entre os objetivos do trilema podem resultar em diversos resultados em termos de desempenho econômico.

Sendo assim, em um regime de taxa de câmbio fixa e total mobilidade de capital, os responsáveis pelas políticas não podem estabelecer a taxa de juros no nível que acreditam ser apropriado para as condições monetárias em sua economia.

2.5 LIMITAÇÕES DO TRIPÉ

Desde seu surgimento o tripé macroeconômico gera diversos debates, entre economistas, há aqueles que possuem diversas críticas a seu respeito. A principal crítica ao tripé é o fato dele restringir o crescimento sustentável, e não garantir a estabilidade de preços. Segundo Bresser (2013), desde sua implementação o tripé não vem sendo seguido como deveria, o uso das metas de inflação, vem causando uma alta na taxa de juros reais, já que o Banco Central irá tentar atingir a meta a todo custo, e o principal mecanismo para isso é a taxa básica de juros, uma taxa alta acaba sendo ruim para o crescimento econômico. Em 16 anos do regime de metas de inflação (1999 – 2014), o Brasil alcançou o centro da meta apenas quatro vezes. Para Canuto (1999) o problema do RMI, começa com o fato das autoridades monetárias, terem uma ampla possibilidade de erros em sua previsão em relação à inflação, já que essas previsões são incertas, principalmente em economias em desenvolvimento.

Uma das principais críticas ao regime de metas de superávit primário, é o fato, de que existe uma inflexibilidade ao longo do ciclo econômico, bem como uma falta de controle com a composição do gasto, diversos gastos não são contabilizados no cálculo do superávit primário (GOBETTI; ORAIR, 2014). Uma meta que não é flexível, com base no comportamento da economia gera dificuldades para cumpri-la em cenários de crise e desaceleração, além de tendência a desperdício em cenários de *boom* da economia (GOBETTI; ORAIR, 2014).

Quanto ao regime de câmbio flutuante, este causa uma sobre apreciação da taxa de câmbio, bem como elevados déficits na balança de pagamento, e aumento na dívida externa. (BRESSER, 2013).

Para Nassif (2015) se mantido da forma em que foi constituído em 1999, uma nova trindade será derivada do tripé, juros reais elevados, taxa de câmbio real apreciada e baixo crescimento econômico.

A utilização das diretrizes do tripé teve grande importância para uma manutenção do crescimento sem inflação ou endividamento. O próximo capítulo destaca os resultados obtidos no âmbito internacional e como agregou para o País.

3 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO TRIPÉ MACROECONÔMICO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar o processo de implementação Tripé Macroeconômico e sua evolução. Para tanto, será tratado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso quando o regime passou a funcionar até o momento de sua substituição durante o governo Dilma pela Nova Matriz Econômica.

3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO TRIPÉ MACROECONÔMICO

Em meados de 1999, a implementação do Tripé Macroeconômico na economia brasileira foi finalizada, porém, este processo não ocorreu de forma imediata, mas sim, após cerca de seis meses para chegar em sua forma final, contemplando assim uma manutenção no regime de câmbio flutuante, um sistema de metas de inflação e uma geração de superávit fiscal.

Nos anos entre 1994 e 1998, o mercado financeiro internacional foi abalado por três crises significativas. A primeira, em 1994, afetou de forma severa os mercados emergentes após eclodir no México. A segunda, em 1997, teve origem na Tailândia e se espalhou rapidamente para países como Coreia do Sul, Indonésia e Malásia. Por fim, em 1998, a Rússia enfrentou sua própria crise. Em cada uma dessas ocasiões, o Brasil sofreu impactos significativos devido ao efeito contágio e à redução de empréstimos para países emergentes. (OREIRO, 2012).

O primeiro governo FHC foi dominado pelo tema da estabilização, em função da memória dos planos fracassados nos 10 anos prévios, já citados.² O ano de 1995 e o próprio governo — empossado em 1º de janeiro — se iniciaram sob intensa pressão, por diversas razões. Em primeiro lugar, a economia se encontrava em claro processo de superaquecimento, o que trazia à memória o fantasma do Plano Cruzado, em que um *boom* de consumo mal administrado tinha provocado o colapso da

estabilidade: no quarto trimestre de 1994, a expansão do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior tinha sido de 11%. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Em segundo, a crise do México estava em curso fazendo com que a balança de pagamentos tivesse drástica desvalorização com efeitos sérios sobre o currency board argentino, isso fez começar uma suspeita de que regimes de câmbios rígidos poderiam prejudicar a economia e o Brasil seria afetado. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Em terceiro, as reservas internacionais do Brasil começaram a cair devido a um efeito combinado do cedimento da demanda agregada e da redução da entrada de capitais associados ao ambiente externo. Quando o Plano Real foi lançado, em 1994, o Brasil contava com U\$ 43 bilhões em reservas internacionais, as quais, já em dezembro, tiveram uma queda e chegaram a U\$39 Bilhões. E continuaram a cair para 34U\$ Bilhões em março de 1995 e U\$32 bilhões em abril, antes das reações oficiais começarem a recuperação. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

O “Programa de Estabilidade Fiscal” é considerado o ponto inicial da primeira etapa do tripé, neste documento lançado em outubro de 1998, o governo estipulou como a estabilidade da relação dívida líquida do setor público/PIB e, para isso, estabeleceu as metas para superávit primário como: 3,1% do PIB em 1999, 3,25 em 2000, e 3,35 em 2001 (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999). Para alcançar tais resultados, algumas metas foram estabelecidas como, corte de gastos no Orçamento da União (OGU) redução do déficit previdenciário, aumento das receitas e da contribuição dos servidores ativos (OLIVEIRA,2012).

Para aumentar a receita, primeiramente houve uma prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) com alíquota de 0,38 vigorando até junho de 2000 e 0,30 para junho de 2022 e aumento na arrecadação do COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Para assumir uma posição com a responsabilidade fiscal, em maio de 2000, foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fazendo com que os governos federais, estaduais e municípios realizassem uma gestão fiscal qualitativa.

Neste momento, o governo não considerava modificar o regime de câmbio pois existia um receio em abandonar o regime de âncora cambial o que poderia ocasionar uma aceleração inflacionária, pois, na época, havia sido alcançada uma estabilidade fiscal após muitas tentativas anteriores ao Plano Real.

Porém, de acordo com Modenesi (2005), notou-se o aumento da desconfiança no sistema cambial brasileiro e o mercado dava sinais de que esse regime começava a ruir. Portanto, houve um aumento de demanda por moeda estrangeira e uma expectativa crescente de desvalorização no câmbio. Tentado sustentar o câmbio, o Banco Central teve uma grande redução no volume de suas reservas e o governo ainda tentou utilizar um sistema de para uma mudança lenta e gradual para o câmbio variável através de bandas cambiais: Então o economista Francisco Lopes substituiu o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco e tentou utilizar uma política chamada de banda diagonal exógena. Mas, tais ações não sustentaram o regime de câmbio fixo, desse modo, em 15 de janeiro de 1999, o Banco Central parou de intervir no mercado e permitiu que o câmbio flutuasse livremente. Ainda assim, o Brasil utilizava um sistema de “flutuação suja” permitindo que, em momentos de instabilidade cambial, as autoridades monetárias pudessem atuar para controlar a flutuação (MODENESI, 2005).

Assim, com o fim da âncora cambial, o governo implementou um sistema que buscasse a estabilidade de preços controlando as expectativas de inflação, aplicando assim, em março de 1999, um regime de metas de inflação informal, pois, apenas em junho de 1999 essa medida foi formalizada.

3.2 A UTILIZAÇÃO DO TRIPÉ NO GOVERNO LULA

O primeiro mandato do governo de Luis Inacio Lula da Silva (2003 – 2006) teve dois significados importantes desde a sua posse. Em primeiro Lugar, representa a ascensão da esquerda ao poder através do partido dos trabalhadores (PT). Em sua primeira candidatura (1989), o novo governo parecia prometer uma transformação, talvez apenas comparável, na América do Sul, a posse de Salvador Allende no Chile em 1970. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Em segundo lugar, o governo Lula representava um teste para a economia brasileira. Pois, com o advento do Plano Real, as autoridades tinham assumido um discurso de mudanças estruturais. Isso representava que, a defesa da estabilidade, a partir do final dos anos 90, significaram a unificação dos objetivos nacionais e não de partidos distintos. Essa postura, porém, tinha dificuldade para convencer o mercado doméstico e internacional. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

O Governo FHC seguiu à risca o manual do Tripé Macroeconômico com elevadas taxas de juros, metas declinantes de inflação e foco na estabilidade de preços. Porém, de acordo com Oreiro (2015) havia uma negligência das demais políticas a esse objetivo, tais como a política fiscal, que buscava evitar a monetização da dívida pública através da estabilização do endividamento do setor público e, conseqüentemente, uma aceleração inflacionária. Isso se traduz a conquista de superávits primários. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

No Governo FHC e o primeiro governo Lula (2003-2006), há uma manutenção das diretrizes pautadas na política econômica do Tripé, entretanto, no segundo governo Lula (2007-2010), devido ao impacto da crise internacional de 2009 nota-se uma “flexibilização” do Tripé. Já em 2010 adota-se um discurso de nova política econômica que viria a ser conhecida como Nova Matriz Econômica durante candidatura de Dilma Rouseff.

Em 2002, havia um grande receio com a eleição do favorito nas pesquisas Luiz Inacio Lula da Silva, pois, não se sabia qual seria a diretriz macroeconômica que o governo adotaria. Portanto, Lula publicou um documento denominado com “Carta ao povo brasileiro) onde prometia a continuidade da política econômica introduzida no governo de Fernando Henrique (OLIVEIRA, 2012) Isso de fato aconteceu e observando os indicadores econômicos no primeiro governo Lula constata-se isso, afinal, foram mantidas políticas com metas de inflação declinantes, política fiscal restrita e altas taxas de juros.

O discurso do PT começou a mudar de tom no meio da disputa eleitoral de 2002 a partir da escolha, como coordenador do programa de governo, de um quadro com experiência administrativa e então já filiado às correntes moderadas do partido: Antônio Palocci, na época prefeito de Ribeirão Preto e que tinha sido anteriormente deputado federal. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Palocci, que até então não era um dos membros mais destacados do PT, começou a agir com desenvoltura e, na qualidade de coordenador do programa, foi conversando com diferentes grupos de economistas, de um lado, e com representantes do establishment, do outro. A visão que ele transmitia aos seus interlocutores era de que o partido tinha mudado. Em outras palavras, de certa forma, a mensagem que se tentava passar era que o PT tinha rompido com a ideia de ruptura e encontrava-se mais aderente a herança deixada por FHC para conduzir a política econômica. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Utilizando-se de três documentos importantes, o PT acelerou o seu processo de mudanças durante 2002. Um desses documentos lançados pelo partido denominava-se “Carta ao Povo Brasileiro” onde o governo se comprometeu a não deixar a confiança na capacidade do governo ser destruída preservando o superávit primário e honrando com seus compromissos. O Governo também formaliza o programa de governo muito mais moderado do que os anteriores. E, por fim, a “Nota sobre o acordo com o FMI” onde o governo se comprometeu a respeitar o acordo com o Fundo Monetário Internacional firmado no governo FHC. Com essas medidas, muitas das bandeiras históricas do partido foram abandonadas em 2002 e representaram uma mudança em relação a forma que o PT via a política econômica. (GIAMBIAGI; RIGOLON, 1999).

Além disso, vale destacar a importância da grande elevação de preço das *commodities* para o crescimento brasileiro, assim como, o crescimento da economia chinesa. Conforme Baer (2015) isso causou a continuidade crescente da balança de comercial que passou de um superávit de U\$ 2,6 bilhões em 2001 para U\$ 44,5 bilhões em 2005. Esse resultado derivou-se do crescimento das exportações e, como contraponto, a diminuição das importações nos anos 2002 e 2003 em relação a 2001.

Já no segundo governo Lula, era observável algumas alterações no Tripé, com a diminuição do superávit primário como proporção do PIB, aumento expressivo nas reservas externas e eliminação das metas de inflação (OLIVEIRA, 2012) Oreiro (2015b) chama essa nova fase como “Tripé Flexibilizado” que agora tinha, além da estabilização dos preços, a indução de um ritmo mais acelerado de crescimento como principal objetivo.

Em março de 2006, o então ministro da fazenda Antonio Palloci foi substituído por Guido Mantega trazendo consigo uma mudança nos rumos da política econômica, percebida pelos seguintes fatores, segundo Giambiagi (2011):

- a) afrouxamento dos superávits primários
- b) divergências entre ministério da fazenda e BC em relação a condução da política monetária
- c) aumento significativo a respeito da variação real dos gastos públicos
- d) aumento do papel do BNDS na economia
- e) mudança sistemática da política oficial realizada no governo anterior.

Há uma intensificação desse processo de flexibilização em 2008 que se amplifica em 2009 com o surgimento da crise financeira internacional. O Governo então tomou como medida anticíclica foram as expansões creditícias e aumento do gasto público, acompanhada de uma queda na taxa de juros posteriormente (OREIRO, 2015) Essas ações fizeram com que o Brasil se apresenta um crescimento de 7,5% no PIB mesmo em meio a grave crise mundial.

Entretanto, tais mudanças no regime fiscal, deram lugar a uma rápida deterioração das contas públicas, aumento expressivo do crédito estatal, financiada por emissões de títulos públicos e diversos programas “pró-negócios” nascidos através de dinheiro público e favores do Estado, conforme Bacha e Bolle (2011).

O governo então seguiu pelo caminho de priorizar as políticas assistenciais, permanecendo o desafio de aumentar e financiar o investimento público necessário para apoiar um novo ciclo de crescimento. Segundo Giambiagi e Além (2011), as elevadas taxas de juros e aumento da carga tributária, viabilizaram o duplo papel de “pai da estabilidade” e “pai dos pobres” representado pelo presidente.

Com a Crise do *Subprime* nos estados unidos, evidenciou-se o distanciamento do governo em relação as diretrizes do tripé, e esse afastamento ficou ainda mais destacado nos governos Dilma. Com a política do “novo desenvolvimentismo”, já em 2010, a então candidata já ilustrava qual seria o posicionamento do seu governo (ROSA,2009).

Apesar do governo Dilma anunciar uma mudança na política econômica desde a campanha eleitoral, somente no fim de 2012 que o secretário de Política Econômica

do Ministério da Fazenda, Marcio Holland, anunciou publicamente a existência de uma “Nova Política Econômica”. De acordo com o secretário, essa nova política é a sinergia entre baixa taxa de juros, taxa de câmbio competitiva e uma “consolidação amigável ao investimento” (ROMERO,2012).

Em 2012, há uma continuidade das políticas anticíclicas aplicadas durante o governo anterior como, por exemplo, expansão fiscal e creditícia, assim como uma baixa na taxa básica de juros. Mesmo com tais incentivos, a economia não parecia reagir, portanto, outras ações foram tomadas pelo governo Dilma, como: redução na tarifa de energia, redução do IPI para determinados bens, como linha branca e automóveis, desoneração da filha de pagamento para mais de 40 setores, redução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para zero para diesel e gasolina (MINISTERIO DA FAZENDA, 2013). Por fim, o governo interveio no câmbio forçando uma desvalorização do real com a intenção de aumentar a competitividade da indústria principalmente no segundo semestre de 2014.

A utilização das diretrizes do Tripé teve grande importância para uma manutenção do crescimento sem inflação ou endividamento. O próximo capítulo destaca os resultados obtidos no âmbito internacional e como agregou para o País.

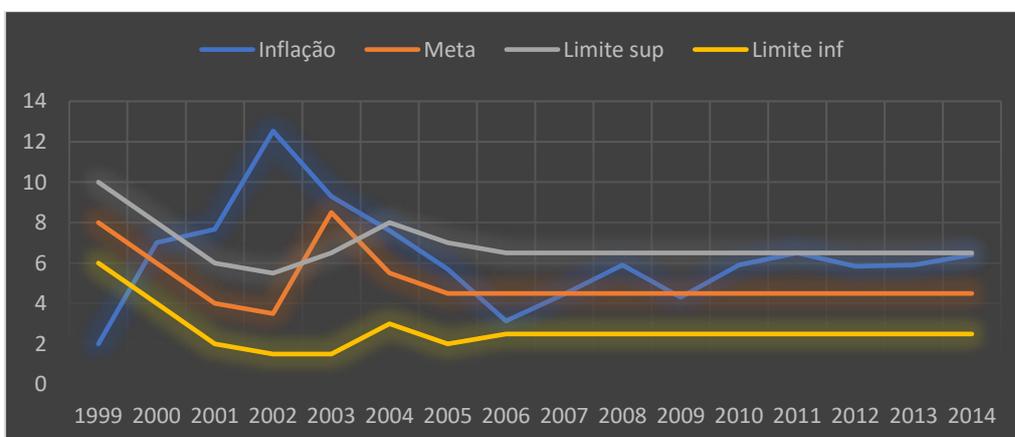
4 IMPACTOS DO TRIPÉ MACROECONÔMICO NA ECONOMIA

Este capítulo busca analisar os impactos que a adoção do Tripé Macroeconômico resultou na economia, buscando observar como principais pontos de análise o crescimento econômico, controle da inflação, paridade cambial da moeda nacional frente ao dólar.

4.1 IMPACTOS IMPLEMENTAÇÃO DE METAS DE INFLAÇÃO NA ECONOMIA

Podemos observar que durante o primeiro ano de implementação do Tripé a inflação efetiva foi de 8,94%, já em 2000, um ano após a implementação do Tripé, houve uma redução, terminando em 5,97% no ano de 2001, ficando dessa forma, dentro da meta de inflação estabelecida para aquele ano que era de 6%. Em 2002 onde a meta era de apenas 3,50% aconteceu um aumento expressivo na inflação que chegou a 12,53% e ultrapassando o teto estabelecido em mais de 6%. Mas, não podemos atribuir essa alta à uma não efetividade do tripe, mas sim, como já citado no capítulo anterior, a um medo do mercado em relação a uma vitória de um candidato de esquerda ligado ao partido dos trabalhadores.

Gráfico 1 – Brasil – Histórico de metas de inflação, 1999 a 2014



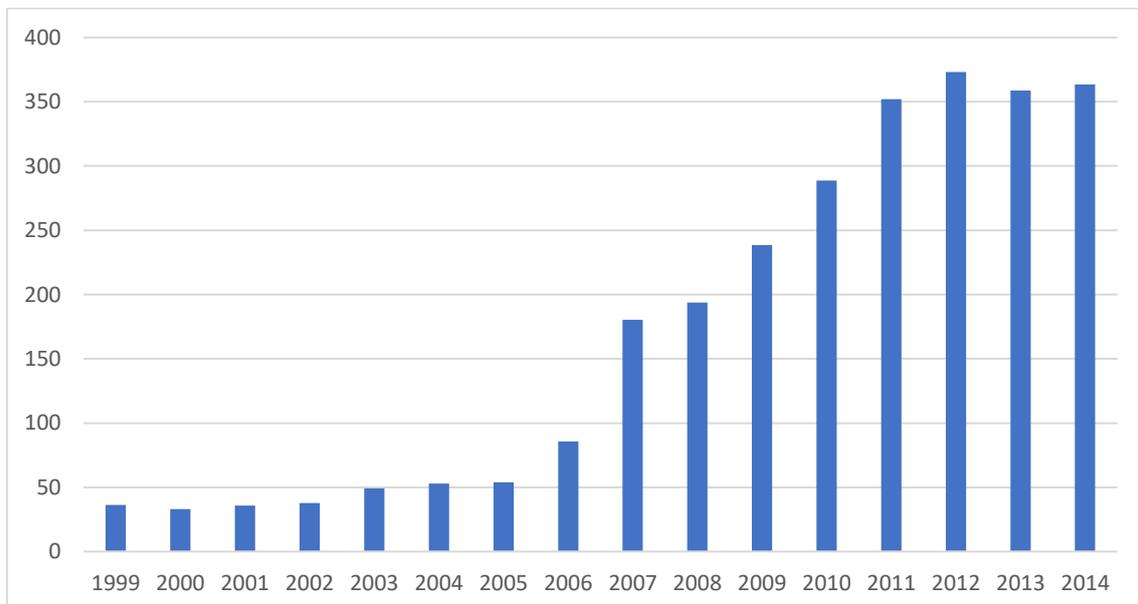
Fonte: Banco central do Brasil, 2023

Nós demais, anos, como o governo Lula seguiu o receituário do Tripé, a inflação se manteve dentro dos eixos estabelecidos pelo BC para a meta daqueles anos como podemos observar no gráfico a seguir, com exceção de 2015 quando o tripé foi substituído pela Nova Matriz Macroeconômica no governo Dilma.

4.2 ANÁLISE SOBRE O CÂMBIO FLUTUANTE

Durante a implementação do tripé, havia uma resistência por parte do governo em manter um câmbio flutuante, como detalhado no capítulo anterior, entretanto após a adoção deste mecanismo, houve um aumento nas reservas internacionais, tendo um aumento expressivo a partir do ano de 2006, como podemos observar no gráfico a seguir.

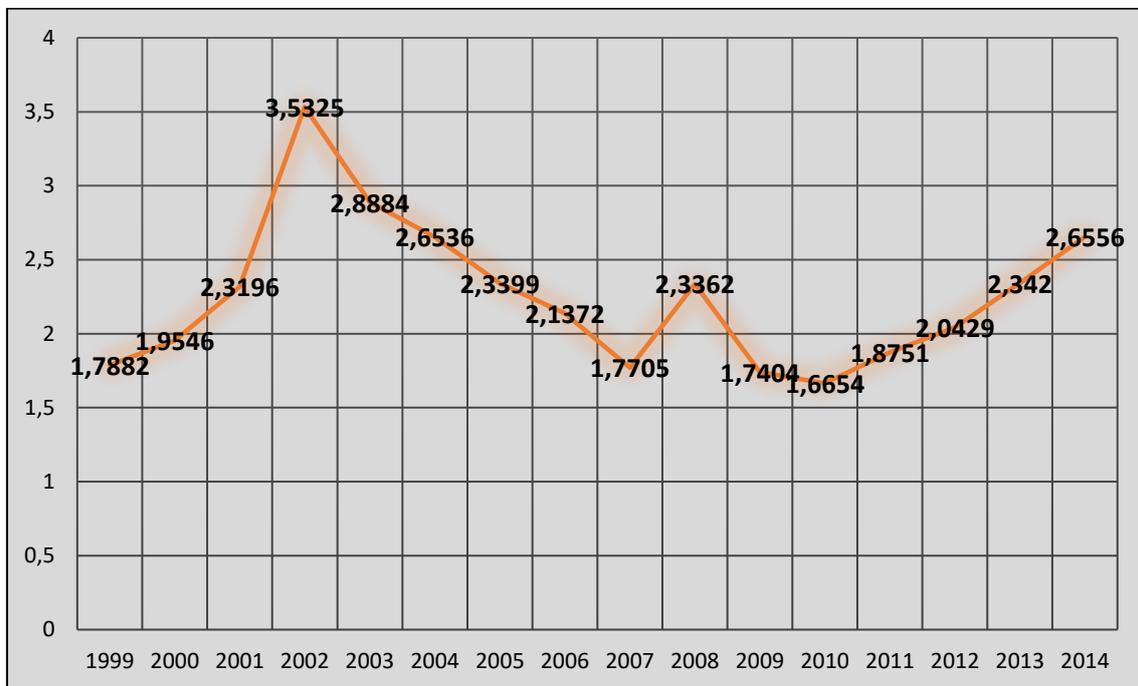
Gráfico 2 – Brasil – Evolução das reservas internacionais – conceito caixa, 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Tesouro Nacional, 2023

No ano de 2006, quando é possível observar o início deste aumento expressivo nas reservas internacionais, deve-se recordar que este aumento não se deu apenas pelo câmbio flutuante, entres os motivos que resultaram nesse aumento, podemos destacar, a expansão da economia mundial; uma forte e continua elevação de preços internacionais de *commodities*; o aumento da demanda chinesa por tais produtos. um dos fatores que mais incentivou essa alta foi o “*Boom*” das *comodities*.

Gráfico 3 – Brasil – Taxa de câmbio (R\$ / U\$), comercial – compra – fim do período, 1999 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do IPEADATA 2023.

O câmbio de 2,2465 auxiliou com que os mercados internacionais importassem mais do Brasil, algo que com um câmbio fixo com paridade de 1 para 1, talvez não fosse obtido.

Como a taxa Selic estava elevada e a inflação controlada isso aumentou a confiança do investidor estrangeiro a investir aqui, comprando nossos títulos e aumentando as reservas internacionais. Somado a esse crescimento vale ressaltar o *boom* das *commodities* quando o Brasil teve altas taxas de exportação.

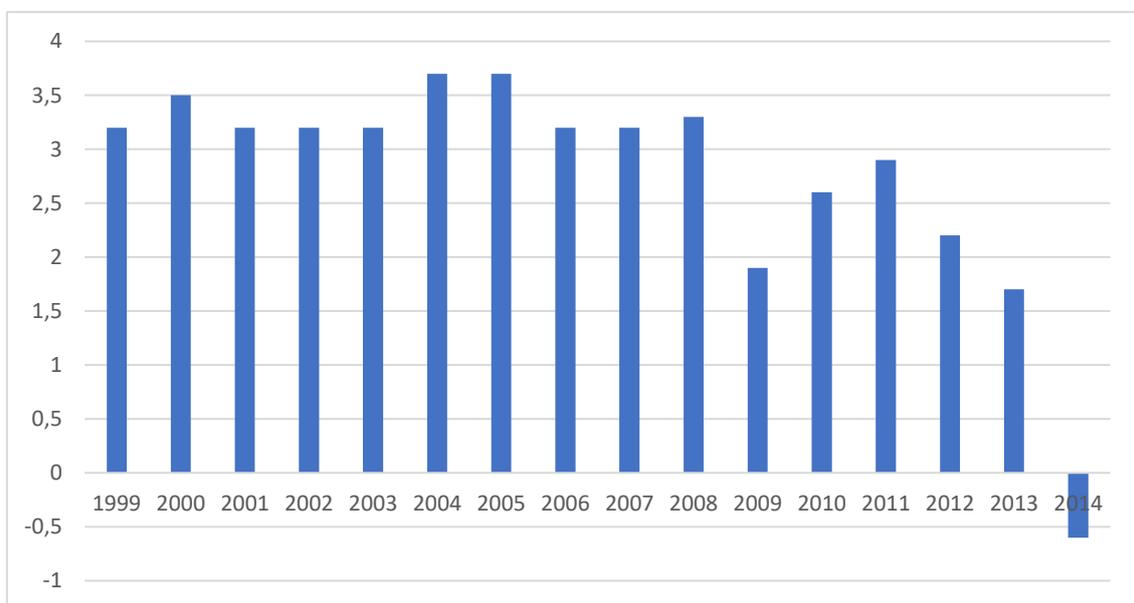
Vale ressaltar que o câmbio flutuante uma desvalorização do real frente ao dólar estimula o mercado interno, devido ao estímulo pois torna se mais atrativo para as indústrias exportarem trazendo para o Brasil o capital estrangeiro.

4.3 SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Uma das principais medidas do Tripe é o controle das contas públicas visando obter um superávit primário, para isso uma das principais características é um controle mais rígido das despesas frente as receitas do governo.

Como observado nos gráficos a seguir, o governo manteve um superávit primário e uma redução da dívida pública, que em 2002 era de 59,93% e após se reduz até se manter em uma média de 30%.

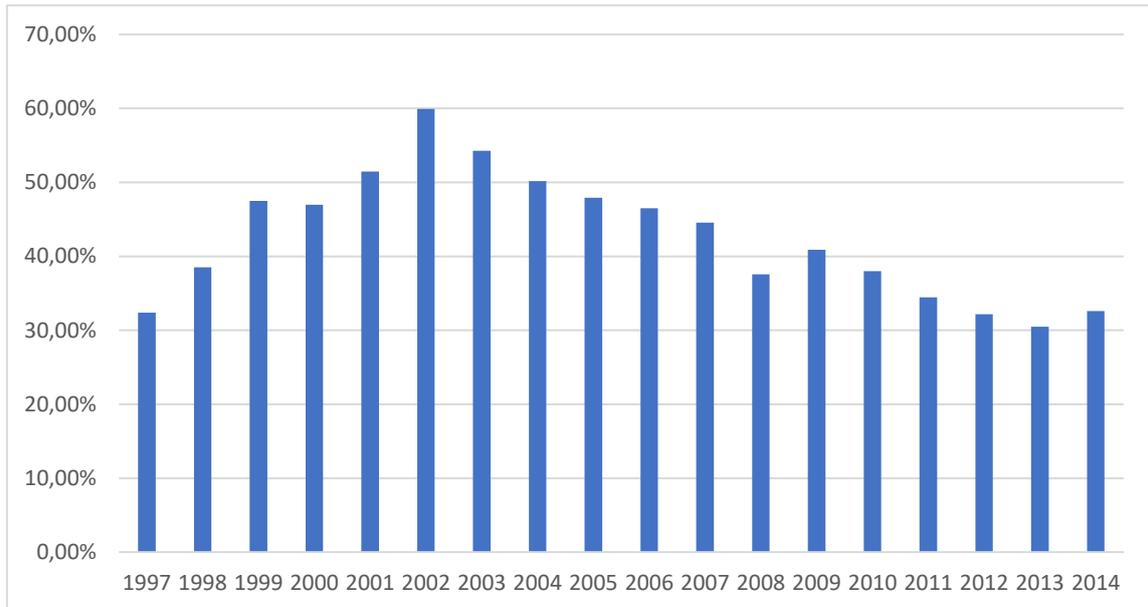
Gráfico 4 - Brasil – Resultado primário, % do PIB, 1999 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Banco Central, 2023.

Nos anos de 2007 a 2008 o governo influenciou mais na economia, mas mantém o superávit em 3%, apesar da crise internacional de 2008, o Brasil manteve um superávit de 2%.

Gráfico 5 – Brasil – Dívida líquida do setor público, 1997 a 2015



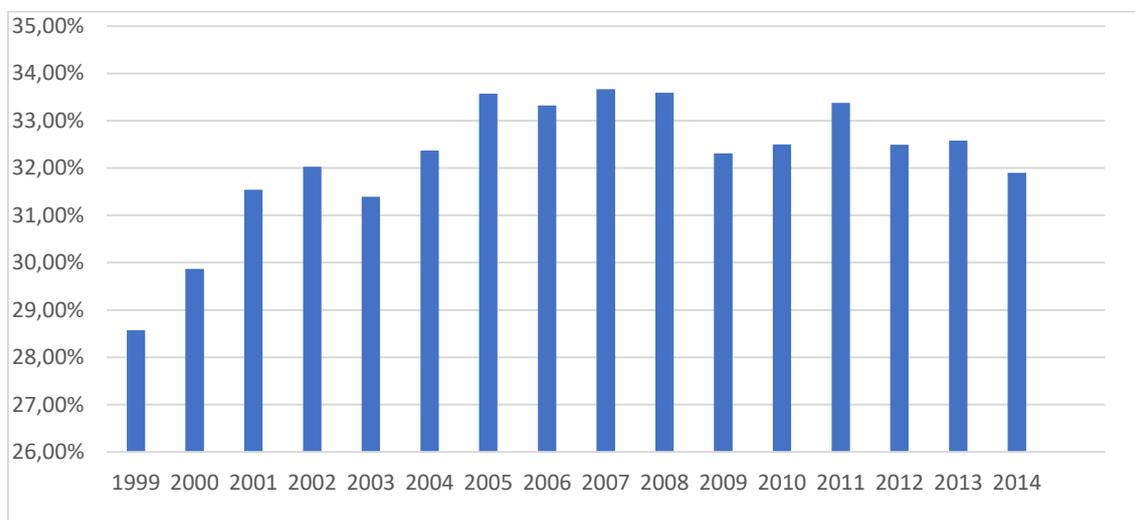
Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do IPEDATA, 2023.

De 1999 a 2006 o governo realizou um aumentando na carga tributária, e teve uma menor interferência na economia, além disso obteve um superávit mais constante.

4.3.1 Impacto da tributação

Como observado no gráfico a seguir, houve um aumento na arrecadação tributária de 1999 a 2006, devido em grande parte ao aumento da carga tributária por parte do governo, já como observado em 2008, o governo passou a ter um declínio na arrecadação, que refletiu no resultado do superávit primário dos anos seguintes.

Gráfico 6 – Brasil – Carga tributária, %do PIB, 1999 a 2014



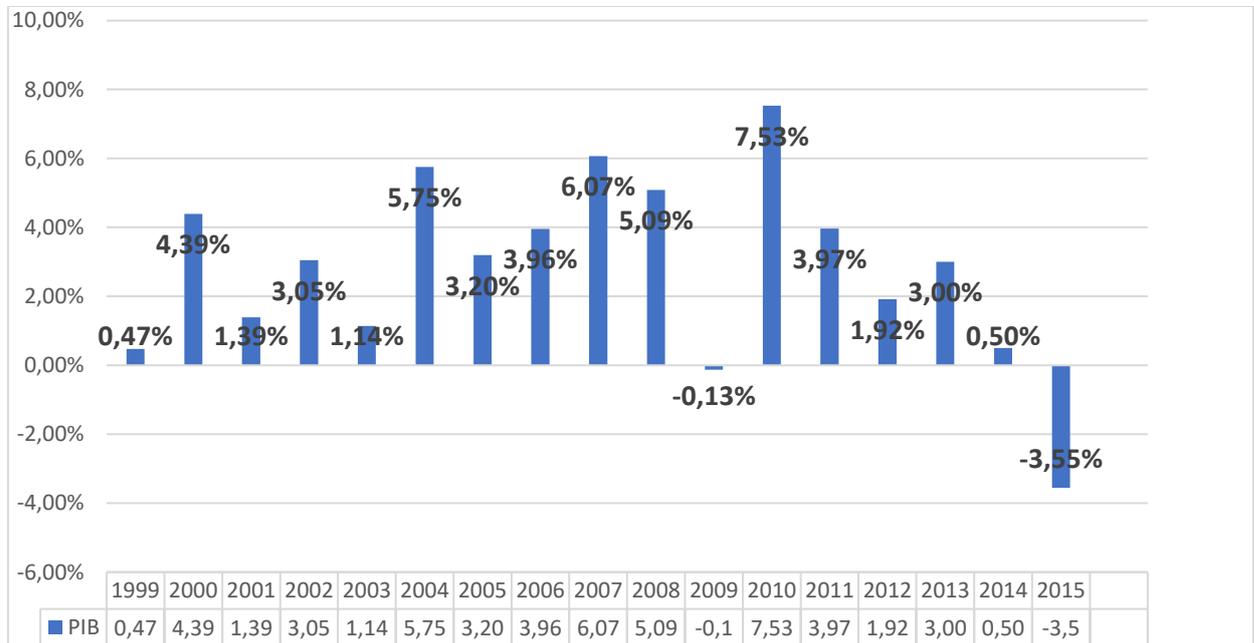
Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Senado, 2023.

Como podemos observar no gráfico 06, o Brasil melhorou seu superávit primário e se manteve na casa dos 3,6% (de 1999 até 2011) porém, com exceção da África do Sul, a taxa foi significante inferior à dos demais países que formam o chamado BRICS — (Rússia: 5,2%; Índia: 7,2%; China: 10,2%; e África do Sul: 3,5%) e se igualou à taxa média de crescimento mundial no período.

4.4 IMPACTO DO TRIPÉ NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Como o governo seguiu as diretrizes do Tripé houve um crescimento contínuo do PIB, com uma inflação controlada e um dos principais argumentos contrários a época em que o Tripé estava sendo implementado era de que ele restringia o crescimento econômico, por se tratar de uma junção de medidas anticíclicas para a economia, entretanto como observado no gráfico a seguir, em todos os anos após sua implementação, o Brasil obteve um crescimento econômico constante.

Gráfico 8 – Brasil – Taxa de crescimento do PIB a preço constante - % a.a, 1999 a 2016



Fonte: IBGE. Informações disponíveis no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central

Nos primeiros anos de implementação do Tripé, o segundo mandato do presidente FHC, o governo obteve modestas taxas de crescimento, ficando em uma média de 2,35%. Já no primeiro mandato do presidente Lula, o Brasil obteve um leve aumento na taxa de crescimento, obtendo uma média de 3,52%, e culminando na maior média desde a adoção do tripé até aquele período sendo está de 4,6% no segundo mandato do residente Lula, no ano de 2010, há um crescimento expressivo onde a taxa foi de 7,5%. Em 2009 o Brasil sofreu uma leve recessão devido à crise internacional do *subprime*.

4.4.1 Qualidade de vida da população

Além dos indicadores econômicos, é importante ressaltar como as medidas implementadas pelo Tripé impactam na qualidade de vida da população. Como observado nos gráficos a seguir, a taxa de desemprego obteve uma redução, e o Índice de GINI obteve uma melhora considerável.

Tabela 1 – Brasil – Indicadores do mercado de trabalho, 1999 a 2014

Anos	Taxa de desemprego	Grau de informalidade - definição II
1999	10,44%	60,70%
2001	10,06%	58,30%
2002	9,88%	58,40%
2003	10,48%	57,60%
2004	9,73%	56,50%
2005	10,21%	55,50%
2006	9,23%	54,30%
2007	8,93%	53,40%
2008	7,79%	50,90%
2009	9,05%	50,40%
2011	7,29%	47,10%
2012	6,73%	46,30%
2013	7,15%	45,40%
2014	7,54%	46,50%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do IPEADATA, 2023.

No período em que o Tripé estava vigente é notório há redução constante na taxa de desemprego que, em 1999, era de 10,44%, e no ano de 2014 era de 7,54%, uma redução de quase 3%, além de uma redução no grau de informalidade que em 1999 era de 60,72% e em 2014 passou a ser 46,48%, obtendo uma redução de 14,24%, o que contribuiu para a melhora do Índice de GINI como detalhado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Brasil – Indicadores de Pobreza, 1999 a 2014

1999	0,594	35,26%
2001	0,596	35,09%
2002	0,589	34,38%
2003	0,583	35,75%
2004	0,572	33,71%
2005	0,57	30,83%
2006	0,563	26,75%
2007	0,556	25,36%
2008	0,546	22,60%
2009	0,543	21,41%
2011	0,531	18,42%
2012	0,53	15,93%
2013	0,527	15,09%
2014	0,518	13,29%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do IPEADATA, 2023.

Desde a adoção do Tripé houve uma melhora do Índice de GINI e uma redução expressiva na população em extrema pobreza que em 1999 era de 15,03% e no ano de 2014, foi de 4,2%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma análise dos efeitos do tripé macroeconômico, formado pelo câmbio flutuante, metas de inflação e metas de superávit primário, desde 1999 a 2014. Para isso foi analisado diversos indicadores econômicos

Os dados observados indicam que o tripé macroeconômico obteve o resultado esperado, sendo de fundamental importância para o controle da inflação, onde em grande parte as metas foram atingidas, bem como o endividamento do setor público foi reduzido com a implementação do sistema de metas de superávit primário.

Entretanto, como detalhado no capítulo 4 deste estudo, o forte crescimento obtido no PIB, bem como a melhora expressiva nas reservas internacionais, derivadas de um excelente desempenho da economia brasileira neste período, se deve muito mais a fatores como a expansão da demanda externa por commodities brasileiras, e o investimento realizado pelo Estado, em políticas públicas, que vieram a fomentar a economia. Graças a todos esses fatores, é possível entender como se deu a melhora expressiva no índice de GINI durante este período.

O tripé macroeconômico de fato possui características anticíclicas, que em determinados momentos pode vir a prejudicar a economia, quando as metas de superávit em algum momento possam impedir o Estado de intervir na economia, e realizar gastos com políticas públicas, ou a política de metas de inflação que em muitos casos freia o crescimento, por se tratar de metas que são suscetíveis a erros em sua definição, e para que possam ser atingidas, é necessário que o banco central eleve a taxa Selic, como visto no capítulo anterior, desta forma “esfriando” a economia.

Os ganhos conquistados pela implementação do tripé macroeconômico são de extrema importância para o estabelecimento de uma economia “forte” para o país, mesmo sendo um conceito com características contra crescimento econômico, foi responsável por reduzir os gastos excessivos do Estado, controlar o câmbio, e a inflação, algo que para um país que acabava de sair de um período de hiperinflação, foi essencial para que a economia brasileira se firmasse.

REFERÊNCIAS

- BACHA, E. L. Moeda, Inércia e Conflito: Reflexões Sobre Políticas de Estabilização no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-16, 1988.
- BACHA, E.L. **Novos Dilemas da Política Econômica** - Ensaio em Homenagem a Dionisio Dias Carneiro. São Paulo: LTC, 2011.
- BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2015.
- BLANCHARD, O. J. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Education, 2011.
- BCB. Finanças públicas. Resultado primário. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 13 jun. 2023.
- BCB. Política monetária. Metas de inflação. Histórico de metas de inflação. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 14 jun. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “O Tripé, o Trilema e a Política Macroeconômica”. In: **Dossiê da Crise IV – A Economia Brasileira na Encruzilhada**. Associação Keynesiana Brasileira, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; SILVA, C. G. O Regime de Metas de Inflação no Brasil e a Armadilha da Taxa de Juros/Taxa de Câmbio. In: J. L. Oreiro, L. F. de Paula e R. Sobreira (orgs). **Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2009. 21-51.
- BRESSER-PEREIRA, L.C; NASSIF, A; FEIJÓ, C. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 493-513, 2016
- GIAMBIAGI, F; RIGOLON, F. “O ajuste fiscal de médio prazo: o que vai acontecer quando as receitas extraordinárias acabarem?”. Brasília: ESAF, 1999. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- GOBETTI, S. W; ORAIR, R. O. POLÍTICA FISCAL EM PERSPECTIVA: O CICLO DE 16 ANOS (1999-2014). **Revista de Economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 417-447, 2015.
- GONÇALVES, R. *et al.* **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**, Rio de Janeiro, 1998.
- GUIMARÃES, E. P. **Fundamentos da Macroeconomia**. São Paulo: Almedina, 2020.

MANKIWI, N. G. **Introdução a economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Economia Brasileira em Perspectiva**. 18ª edição. 2013. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em 10 mai. 2023.

MODENESI, A. de M. “Da âncora cambial ao regime monetário de metas de inflação: a consolidação da estabilidade de preços”. In: **Regimes Cambiais: teoria e a experiência do Real**. São Paulo: Manoli, 2005.

NASSIF, A. “As armadilhas do Tripé da política macroeconômica brasileira”. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 35, n. 3, pp. 426-443, maio de 2015.

OBSTFELD, M; TAYLOR, A. M. International Monetary Relations: **Taking Finance Seriously**. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 3, p. 3-28, 2017.

OLIVEIRA, F. A. de. “A segunda fase do Plano Real (1999-2002): restrição fiscal e baixo crescimento”; “O Plano Real no governo Lula: radicalizando o modelo (2003-2006)”; “O segundo mandato de Lula: remendo do modelo em meio à crise mundial (2007-2008)”. In: **Política Econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco doAzougue, 2012.

OREIRO, J. L. **As várias faces do desenvolvimentismo**. Valor Econômico, 11 de maio de 2015.

OREIRO, J. L. **Do Tripé Macroeconômico ao Fracasso da Nova Matriz**. 2015b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em 15 jun. 2023.

OREIRO, J. L; PAULA, L, F. **Macroeconomia da Estagnação Brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Revista Estudos Avançados**. v. 31, nº 89, p.125-144. 2017.

PAULA, Luiz Fernando; SARAIVA, Paulo José. **Novo Consenso Macroeconômico e Regime de Metas de Inflação**: algumas implicações para o Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba - PR, v.36, n.128, p.19-32, jan./jun. 2015

SENADO FEDERAL. Arquivos. Carga tributária. Disponível em: Acesso em 22 mai. 2023.

SILVA, V. A. **O Tripé Macroeconômico e seus efeitos sobre a Economia Brasileira**: Uma análise do Período 1999 a 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.